

Dispõe sobre suprimentos de fundos e dá outras providências.  
de 22 de Setembro de 1983

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Suprimento de fundos é a entrega de numerários a servidores público do Município, autorizado pelo ordenador da despesa, para o atendimento de casos excepcionais, na forma do disposto na Lei Federal nº 4.230, de 17 de março de 1964.

Art. 2º - O ordenador de despesa, para fins desta Lei, é a autoridade de cujos atos resultam emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Município.

Art. 3º - O suprimento de fundos deverá ser precedido de portaria do ordenador da despesa e da emissão da nota de empenho, esse nome do servidor favorecido.

Parágrafo único - O suprimento de fundos feito para determinada despesa não poderá ser aplicada diferente daquela prevista no empenho.

Art. 4º - São despesas excepcionais processáveis pelo regime de suprimento de fundos.

- I - de pequeno vulto e de pronto pagamento;
- II - de viagem ou para atender diligência específica, bem como as de caráter reservado ou secreto.

§ 1º - Despesas de pequeno vulto são as que importarem em quantias inferiores a 10 (dez) vezes o valor de referência vigente no País.

§ 2º - Despesas de pronto pagamento. São as que, por sua natureza, exijam imediata satisfação e que não excedam, por espécie de material ou unidade de serviço, a quantia corresponte a 10 (dez) o valor de referência vigente no País.

Art. 5º - O ato concessivo de suprimento de fundos con-

forá obrigatoriedade:

I - exercício financeiro;

II - classificação completa da pessoa e indicação, se tratar de crédito orçamentário ou adicional;

III - nome e cargo ou função do servidor a quem deve-se entregar o suprimento;

IV - indicação em algarismo e por extenso, da importância do suprimento;

V - período de aplicação e prazo para comprovação.

Art. 6º - Não se fará suprimento a servidor em alcance que este atraso na prestação de contas de suprimento anteriores seja a responsável por 2 (dois) suprimentos.

Art. 7º - O servidor que receber suprimento é obrigado a prestar contas da sua aplicação, procedendo-se automaticamente à fatura de contas, se não o fizer no prazo estipulado pelo ordenador de despesa.

Art. 8º - A prestação de contas do suprimento de fundos será constituída dos seguintes documentos:

I - indicação da data de entrega do suprimento;

II - comprovantes das despesas realizadas;

III - comprovantes de recolhimento do saldo do suprimento.

Art. 9º - O responsável pela aplicação do suprimento de fundos não pode pagar a si mesmo, salvo os casos previstos em lei.

Art. 10º - Os recibos deverão ser passados em nome do responsável pela aplicação do suprimento e por quem prestou o serviço de forneceu o material.

Art. 11º - Deverá constar dos comprovantes ou recibos, o atestado de que os serviços foram prestados, ou de que o material foi recebido, passado por servidor que não o responsável pela aplicação do suprimento.

Art. 12º - Aprovada a comprovação das despesas, a autoridade criadora encaminhará o processo à Contabilidade para os fins de sua competência.

Art. 13º - Suprindo a prestação de contas do responsável

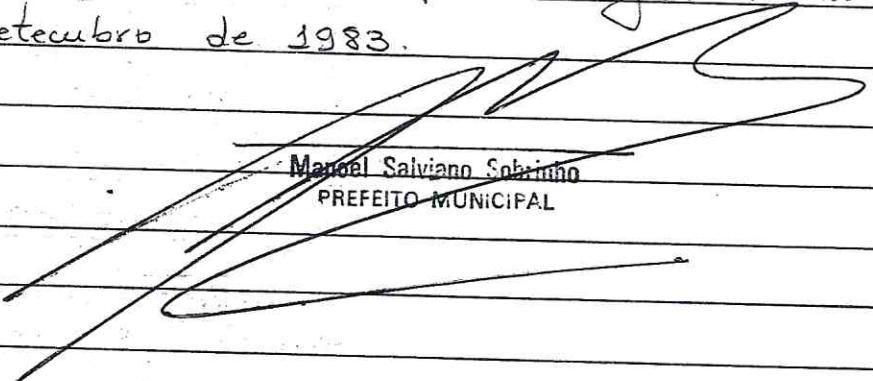
pela aplicação do suprimento, autoridade ordenadora da despesa restringirá o processo à Contabilidade para registro das responsabilidades do servidor e levantamento da respectiva fatura de contas.

Art. 14º - Cabe aos detentores de suprimento de fundos, fornecer indicação precisa dos saldos em seu poder em 31 (trinta e um) de dezembro; para efeito de contabilização.

Art. 15º - Os documentos relativos à comprovação das despesas deverão ficar na Contabilidade, arquivados para apresentação do Conselho de Contas dos Municípios em caso de solicitação.

Art. 16º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo Municipal de Juazeiro do Norte, aos 22 de setembro de 1983.

  
Manoel Salviano Soárez  
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N.º 1035

de 29 de setembro de 1983

AutORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL a promover a dissolução da Sociedade de FRIGORÍFICO, HOTEL E ABASTECIMENTO SIA, de economia mista - FRIGOHASA, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, diante de saber que a CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sancionei e promulgando a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a dissolução da Sociedade Anônima, de economia mista FRIGORÍFICO, HOTEL E ABASTECIMENTO SIA - FRIGOHASA.